

MVA CIRCULA

Ação Formativa Patrimonial

Igreja dos Reis Magos

Santuário Nacional de
São José de Anchieta

2023



MV Circula

Ação Formativa Patrimonial



A criação do programa **MV Circula: Ação Formativa Patrimonial** marca um novo passo do Museu Vale em seu momento extramuros ao levar a experiência educativa para além da sala de aula, explorando o território capixaba como um espaço de aprendizado potente e dinâmico. Ao realizar visitas guiadas por especialistas da área a dois locais urbanos de grande importância histórica e cultural – o Santuário Nacional São José de Anchieta e a Igreja dos Reis Magos, cujos projetos de restauro são patrocinados pelo Instituto Cultural Vale –, a iniciativa se propõe a apresentar a relevante história capixaba sob o olhar atento de profissionais envolvidos com o amplo tema patrimônio.

A troca crítica e contextualizada entre especialistas e públicos envolvidos no programa visa não apenas uma apresentação dos fatos, mas nos convida a ouvir outras vozes, ao questionamento, à compreensão de lacunas e ao desenho de novas narrativas possíveis que incorporem uma visão mais abrangente e inclusiva na construção da nossa identidade.

Patricia Bragatto, Gilca Flores, Nelson Pôrto e Maria José Cunha gentilmente aceitaram o nosso convite para fazer parte desta primeira edição do programa e produziram um registro para esta publicação. Os textos, que por escolha editorial não seguem a ordem das visitas, visam para além da documentação do evento, uma ampliação dos temas levantados na nossa viagem.



[1] Criada em 2023, e desenvolvida pelo artista Lindomberto Ferreira Alves, a ação em formato oficina tem por objetivo apresentar a diversidade dos patrimônios culturais em terras capixabas nas mais diferentes manifestações, seguindo a tradicional perspectiva patrimonial das ações educativas do museu.

<https://museuvale.org/2023/12/01/acao-educativa-patrimonial-imaterial-inventarios-3/>



[2] Veja na íntegra as 3 mesas do evento aqui: <https://www.youtube.com/c/museuvalevideos>

Ouça o Podcast aqui: <https://open.spotify.com/show/1PVeMuT9pJwkHjatyDg6FM?si=8mKRMGeSSUCY2714dtLvTg>

Este Programa, que contou com o apoio do Instituto Modus Vivendi, foi estruturado de maneira a dialogar com outras iniciativas do Museu Vale, como a Ação Educativa Patrimonial Imaterial – Inventários [1] e o 6º Encontros com a Arte Contemporânea [2], que trouxe ao palco artistas, ativistas e líderes de comunidades negras e indígenas para uma abordagem interdisciplinar ampliando o espaço do diálogo e das trocas, trazendo perspectivas variadas de interpretação e compreensão dos nossos mundos.

A exposição *De Onde Surgem os Sonhos | Coleção Andre a José Olympio Pereira* é outro exemplo desse alinhamento, apresentando um recorte inédito de uma das maiores coleções de arte contemporânea do Brasil. Com seu título inspirado na obra do importante artista indígena macuxi Jaider Esbell (1979–2021), a mostra valorizou a diversa e pluriétnica expressão artística nacional possibilitando a interlocução com experiências ancestrais e contemporâneas, conectando-se de maneira significativa ao nosso contexto local.

Assim, o MV Circula se propõe como um programa que vai além das fronteiras tradicionais de um museu. Ele não apenas resgata e preserva o patrimônio, mas também atua como um agente na promoção da diversidade cultural, na valorização das comunidades locais e na discussão de temas contemporâneos.

O Museu Vale, sempre à serviço da sociedade, acredita que abordagens como esta contribuem para a construção de uma consciência crítica e inclusiva, conectando o passado ao presente e inspirando diálogos significativos sobre o futuro.



DIA 1
28 de novembro

Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra

COM

**Gilca Flores
Nelson Pôrto**



DIA 2
30 de novembro

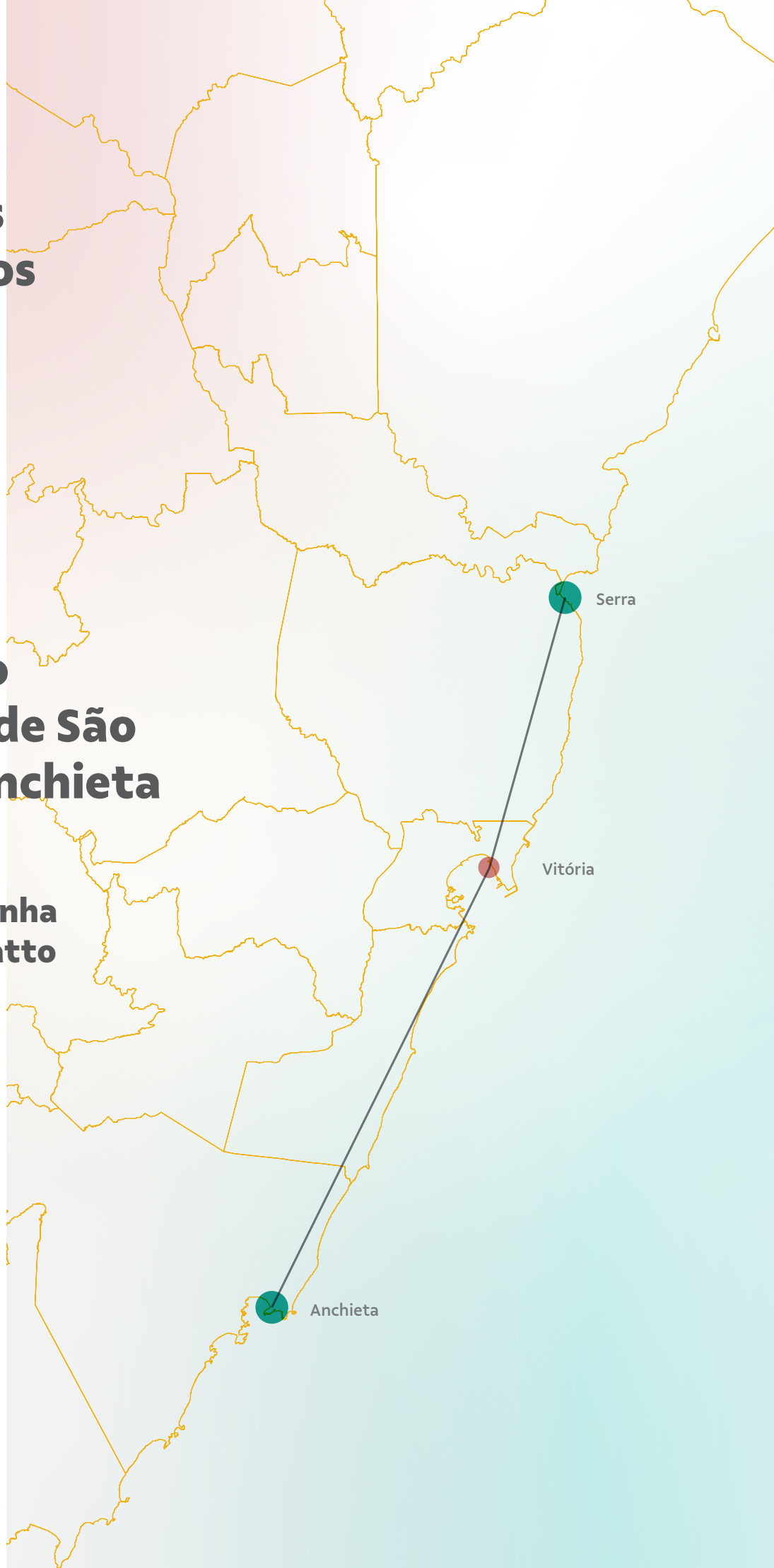
Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta

COM

**Maria José Cunha
Patricia Bragatto**

MV Circula Ação Formativa Patrimonial





Gestão do Patrimônio Cultural no Espírito Santo e no Brasil

Patrícia Bragatto



“O que lembro, tenho.”

Guimarães Rosa

A origem da palavra Patrimônio, do latim *patrimonium*, junção da palavra *pater*, pai e *monium*, recebido, nos remete à herança, ao que herdamos dos nossos antecessores. Portanto, por analogia, relacionamos com o termo Patrimônio Cultural, que pela definição presente no Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988, são os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Dessa forma, o patrimônio tem relação direta com a identidade cultural que herdamos, a memória dos que nos antecedem, é também o que nos define, nos aproxima, e o que queremos levar para a posteridade e para os que ainda estão por vir.

Partindo do princípio de que o Patrimônio Cultural Brasileiro é formado pela memória dos diferentes grupos que formam a sociedade, é preciso que ele seja constituído de forma coletiva e que abarque a diversidade, caso contrário não gera o sentimento de pertencimento tão importante para o processo de preservação, perpetuação e longevidade desse bem.

As políticas de patrimônio do Brasil iniciam em 1937 com a criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), antigo SPHAN, e com a elaboração das leis de proteção de tombamento do Patrimônio Material. O Brasil tem protagonismo na América Latina ao instrumentalizar a política de proteção e criação de instituição competente. Porém, apenas nos anos 2000 é criada a Lei do Patrimônio



Imaterial. São 63 anos que separam as publicações das legislações e que levaram a um direcionamento e a uma maior atenção ao Patrimônio Material. Uma disputa talvez desigual entre as áreas dentro desse campo do Patrimônio e, em parte, silenciada em todo território nacional.

A redação da Constituição Federal de 1988 evidencia novos sujeitos no âmbito do Patrimônio Cultural, amplia o entendimento desse direito coletivo de memória e salvaguarda – como os dos povos indígenas, nossos povos nativos, os dos quilombolas, que resistiram ao período de escravização e formaram grupos de resistência e sobrevivência, os de culturas tradicionais – e, ainda, potencializa essa defesa da diversidade cultural de distintos grupos étnicos presentes em todo território nacional. A Constituição brasileira estabeleceu, ainda, responsabilidade compartilhada entre o poder público e a comunidade na valorização e correspondente proteção do nosso patrimônio cultural e é certo existir um grande desafio nessa parceria entre o poder público e a comunidade no cumprimento dessa responsabilidade, entretanto, talvez o maior desafio é o de compreensão e apropriação dos significados do Patrimônio Cultural. Soma-se aos desafios a apropriação consciente pelas comunidades da sua importância, que é fator indispensável no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.



São três instâncias de proteção no Brasil: a nacional com o IPHAN, as estaduais com institutos em autarquias e conselhos próprios, ou ligadas à Secretarias de Estado da Cultura, e as municipais com secretarias municipais. Nem todos os municípios têm legislação específica de proteção, alguns casos em relação ao Patrimônio Material estão junto com as leis de planos diretores municipais, por exemplo. Importante frisar que a UNESCO reconhece a importância de alguns bens patrimoniais como Patrimônios Mundiais, colabora com a sua política de preservação, mas não realiza tombamento.

Outro caso frequente e que gera confusão na sociedade acontece quando vereadores e/ou deputados estaduais divulgam tombamentos e registros promovidos pelas câmaras e assembleias legislativas, mas eles não têm validade para as instâncias de patrimônio, porque não partem de um procedimento administrativo, com legislação específica. Ainda que sejam pautas importantes e, muitas vezes, de inquestionáveis valores arquitetônico, histórico, entre outros, existe um rito promovido pelos setores responsáveis pelo registro e tombamentos dos bens patrimoniais que não são considerados nos processos simplificados do legislativo. Normalmente os vereadores e deputados estaduais levantam informações, fazem uma espécie de dossiê, mandam em formato de Autógrafo de Lei para o setor responsável, no executivo, que realiza análise e manifestação, elabora considerações sobre a importância daquele bem, e indica o caminho correto do processo de tombamento ou registro, não sendo possível a chancela por meio de ato legislativo.



A palavra tomo se refere à torre do Tombo, localizada em Lisboa, Portugal, que é um importante arquivo público. O significado de tomo em português é inventário, registro de bens a serem preservados. Então, herdamos o uso da palavra tombamento dos portugueses e, para nós, nada mais é do que um ato administrativo do estado, englobando as três instâncias, para proteger os bens de valor histórico, arquitetônico, cultural e ambiental de descaracterização e destruição, por meio de uma legislação específica, como falado anteriormente.



No estado do Espírito Santo, a legislação de Patrimônio Material, responsável pelo tombamento, que protege os bens móveis e imóveis, é a Lei Estadual nº 2.947/1974 que, desde a sua elaboração, é a mesma legislação que utilizamos até os dias de hoje. A Lei de Patrimônio Imaterial, responsável pelo registro, é a nº 6.237/2000. Na prática, a atuação da Gerência de Memória e Patrimônio (GMP) é bem ampla. Compete a ela “identificar, promover, recuperar, defender e formular políticas públicas para o patrimônio histórico, cultural, artístico e natural do estado do Espírito Santo, que abrangem bens de natureza material e imaterial”, dentre outras atribuições, bem como servir de suporte técnico ao Conselho Estadual de Cultura (CEC), que é formado principalmente por membros da sociedade civil distribuído em câmaras técnicas, e tem como uma das suas principais funções deliberar sobre a efetivação do tombamento ou pelo registro. Todas essas tipologias de patrimônios formam o que chamamos Patrimônio Cultural, conforme as definições do IPHAN:

Patrimônio Material – tangíveis

“composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, como arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico, belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”.

Patrimônio Imaterial – intangíveis

“que dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). São referências culturais fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”.

Hoje o Espírito Santo tem cerca de 780 imóveis tombados em nível estadual, maior parte presente nos cinco Sítios Históricos (Porto Histórico de São Mateus, São Pedro do Itabapoana em Mimoso do Sul, Santa Leopoldina,



Itapina em Colatina e Muqui) e 76 imóveis tombados isoladamente. A gestão desse patrimônio material acontece com visitas periódicas por esses imóveis pelo estado, além de análise das propostas recebidas de intervenção, como por exemplo uma reforma, ou um restauro. Mas a Secretaria de Estado da Cultura também promove linhas de fomento para a preservação dos bens que abrangem ações por meio de editais, transferências de recursos fundo a fundo de cultura, convênios e lei de incentivo.

A perspectiva da atuação do patrimônio tem se ampliado bastante nos últimos anos, o Brasil sempre foi considerado por sua visão contemporânea para o seu tempo, porque pensava na preservação do patrimônio colonial, mas também atuava na preservação do patrimônio moderno, por exemplo. O Brasil foi o primeiro país do mundo a preservar o patrimônio moderno, mas, nos últimos 25 anos, a mudança fundamental acontece quando se efetiva a Lei de Patrimônio Imaterial e se amplia os pontos de vista, incluindo novas narrativas. Hoje o patrimônio é também uma construção social.

A professora e pesquisadora Giselle Beiguelman em seu livro *Memória da Amnésia – Políticas do Esquecimento* traz questionamentos que atravessam esses assuntos e nos trazem novas perspectivas com as muitas provocações pertinentes como “quem decide o que deve ser esquecido, como deve ser esquecido e quando deve ser esquecido?”. O que nos leva a pensar nas estratégias, no projeto político de um país que tenta contornar memórias de um passado. “E essa invisibilidade é, acima de tudo, política”, segundo a professora.

A política de esquecimento é um fenômeno presente na sociedade brasileira que, muitas vezes, é utilizada para apagar ou minimizar aspectos importantes da história e cultura do país. Isso se reflete também no tratamento dado ao Patrimônio Cultural, que também é negligenciado ou até mesmo destruído em nome do colonialismo, ainda presente nas relações que estruturam nossa sociedade. Como resultado, parte da identidade e memória do povo brasileiro é perdida, prejudicando o entendimento de quem somos e de onde viemos. É fundamental que haja um maior cuidado e valorização da diversidade do nosso patrimônio, preservando-o para as gerações futuras e promovendo, assim, uma sociedade mais consciente e conectada com suas raízes.

Alguém toma uma decisão pela nossa memória ou a tomamos coletivamente? O que há de político nisso? Todas as vezes que falarmos de patrimônio cultural brasileiro, é importante lembrar os memoricídios ocorridos no Brasil, desde a colonização portuguesa com os apagamentos das narrativas indígenas e afro-brasileiras. Percebemos que houve um projeto político de apagamento de memórias e de cultura. Dessa forma, é importante ter visão crítica de como o Brasil ora preserva, ora descarta sua memória nesses últimos 523 anos.

Dentre muitos casos similares, o Santuário Nacional de Anchieta é um templo arquitetônico colonial e jesuíta importantíssimo da história do





Brasil em que indígenas foram os grandes pilares responsáveis por essa construção, mas como coadjuvantes. Digo coadjuvantes, não porque não haja marcas na edificação que demonstram sua autoria, mas a forma como os tratamos, como uma massa única, sem identidade ou destaque pessoal, sem levantamento de quais eram esses povos e os costumes que marcavam esse lugar e em vários lugares do Brasil, que eram integralmente terra indígena, com mais de 300 grupos de culturas e modos de vida distintos e que sofreram o que nem podemos imaginar, já que registros vão ser sempre inferiores ao que realmente aconteceu.

De acordo com o *Caderno DRS 10: Povos Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo*, elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Anchieta é um dos poucos municípios em que há resquícios da população indígena, como é o exemplo da Comunidade Indígena “Chapada do A”. A mesma publicação indica que não há nenhum território quilombola identificado. Entretanto, há três grupos de expressão da cultura popular de congo, levantados durante a elaboração do Dossiê do Congo, pela equipe técnica da GMP/SECULT em seu processo de registro no ano de 2014, são eles: A Banda de Congo de São Benedito, Banda de Congo Sol e Lua e Banda de Congo Mestre Camilo.

E cabe informar também que, além do tombamento da Igreja e Residência Nossa Senhora da Assunção – Santuário Nacional de Anchieta pelo IPHAN de 1943, há também, em nível estadual, pelo CEC, dois tombamentos existentes: o antigo Casarão de Hospedaria de Imigração Italiana – conhecido como Casa de Quarentena (resolução CEC 02/2012) e Ruínas do Rio Salinas (resolução CEC 04/2013), os dois estão em ruínas.

Referências

Constituição Federal do Brasil de 1988, Artigo 216.

CONDE, Bruno Santos. Figueiredo, Regina Érika de. *Congo: Patrimônio Cultural do Espírito Santo*. Vitória: SECULT, 2022.

ALMEIDA, Renata Hermann de. *Patrimônio Cultural do Espírito Santo*. Vitória: SECULT, 2009.

BEIGUELMAN, Giselle. *Memória da amnésia: políticas do esquecimento*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

Site IPHAN: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>

Site SECULT/ES: <https://secult.es.gov.br/patrimonio-cultural>

Povos Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo. Vitória, ES, 2023. 47 p.; il. tab. (Caderno DRS 10). Instituto Jones dos Santos Neves [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_DRS-10_\(3\).pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_DRS-10_(3).pdf)



Patrícia Bragatto

Arquiteta e urbanista graduada pela UFES, com especialização em Gestão e Políticas Culturais pela Universidade de Girona. Atua há 13 anos como gestora pública na área de Patrimônio Cultural no Espírito Santo e atualmente é Gerente de Memória e Patrimônio na Secretaria de Cultura do Estado – SECULT/ES. Entre suas diversas missões, Patrícia teve a oportunidade, enquanto servidora na municipalidade, de desenvolver ações para a preservação do patrimônio cultural da cidade de Vitória/ES, a construção de programação de novos museus, organização de exposições temporárias do Museu do Pescador na Ilha das Caieiras e do Museu Capixaba do Negro (MUCANE).





Entre restaurações e festivais, as dinâmicas de um monumento jesuítico em terras tupiniquim

Gilca Flores



[1] O IPHAN é a designação da instituição brasileira de proteção e preservação do patrimônio cultural. Desde sua criação em 1937, atuou em diferentes formatos e denominações. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), 1937–1946 e 1979–1990; Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 1946 a 1970; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), 1990–1994; IPHAN, 1910–1976 e a partir de 1994 aos dias atuais.

[2] Podemos citar como exemplo o altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba, Sergipe (ORAZEM, 2008).

O conjunto da igreja e residência de Reis Magos, em Nova Almeida, Serra/ES, data do século XVI e é uma das mais preservadas construções que registram a presença de núcleo de catequese indígena promovido pelos padres jesuítas no período colonial. Sua importância como patrimônio se confirma na década de 1940 com o tombamento e inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes e Livro Histórico, pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN [1]).

Localizada no topo de uma colina, a fachada de Reis Magos é anunciada por uma ampla praça, contornada de palmeiras, enquanto a parte posterior da edificação se oferece como um mirante que nos permite avistar a cidade, os vestígios de Mata Atlântica, o mar e o rio Rei Magos – o Apiaputang, seu nome original em tupi. Por estar no alto, de longe se avista o monumento sobre a colina. Ao mesmo tempo que nos concede a visão de uma paisagem panorâmica, o conjunto de Reis Magos também se insere na experiência dos habitantes e visitantes como uma paisagem memorável. Por essa razão, a preservação deste monumento inclui a preservação de seu entorno, possibilitando manter seu caráter icônico.

No interior da igreja o maior destaque está nos elementos integrados, dos quais restou o retábulo da capela-mor, entalhado em madeira e policromado, onde se mesclam características eruditas e populares. Em sua talha singela, comum a outras construções jesuíticas [2],



[3] A pintura retrata a cena de uma narrativa bíblica, em que, pouco depois de seu nascimento, Jesus e seus pais, Maria e José, recebem a visita e oferta de presentes de magos vindos do Oriente. Na pintura, a figura do Menino ganha sobre o azul do manto da mãe, Maria. José aparece de modo mais discreto, atrás da Maria, e nas figuras dos magos, um está ajoelhado e se despoja de sua corôa em reverência ao Menino, enquanto os outros dois estão de pé, com seus presentes à altura do peito.



provavelmente contou com a participação de indígenas e artífices da região. Ao centro do retábulo, chama atenção a pintura “Adoração dos Reis Magos” [3], cuja autoria pode ter sido do padre jesuíta Belchior Paulo (1554–1619), podendo ser uma das pinturas mais antigas produzidas a óleo por um europeu em terras brasileiras [Fig. 1].

A aproximação do Núcleo de Conservação e Restauração (NCR) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a este monumento se deu em 2006, quando foi convidado por Carol Abreu, representante da 21a Regional do IPHAN/ES, responsável pela iniciativa do projeto, a apresentar uma proposta de restauração da pintura “Adoração dos Reis Magos”. Posteriormente, o Núcleo recebe um convite complementar, por parte do gestor do projeto, o Instituto Goia, coordenado pelo arquiteto Pedro Canal, para realizar o acompanhamento dos trabalhos de restauração de todo o retábulo.

A realização dessa restauração ocorreu em meados de 2007, com todos os trabalhos desenvolvidos no local, uma vez que o retábulo não seria desmontado. A empreitada contou com a participação de profissionais das três instituições (IPHAN, GOIA e NCR). Naquele momento, foram resolvidos problemas estruturais e estéticos do retábulo, contando com a equipe de marcenaria do Goia. Foram removidas da superfície a cera e a massa que encobria a pintura original ou seus resquícios. O retábulo recebeu também novos nichos e madeiramento de fundo que foram confeccionados em cedro, e logo reintegrados para harmonizar cromaticamente com a madeira original. Participaram do processo de restauração os técnicos Heloísa Vieira e Idésio Francischeto, convidados e coordenados pelo Núcleo e, por parte do Goia, os auxiliares Sidney Dias e Gisele Amorim. Para identificação botânica, amostras da madeira foram enviadas ao Laboratório de Madeira e Produtos Derivados do IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo S.A. O resultado das análises define as madeiras originais utilizadas nos entalhes como vinhático – *Plathymenia sp.*, *Leguminosae*.

O processo de restauração da pintura “Adoração dos Reis Magos” teve início em 2010. Contou com a participação de toda a equipe do Núcleo: prof. Attilio Colnago Filho, coordenador; as técnicas em restauração Albanize Monteiro e Raquel Pimentel, e esta autora, professora e conservadora-restauradora vinculada ao Núcleo da UFES. Para a realização da restauração, a obra foi removida do retábulo e transportada para o laboratório do Núcleo, no Centro de Artes da UFES, em Vitória.

A pintura “Adoração dos Reis Magos” havia recebido uma restauração na década de 1940, mas na ocasião, seis décadas depois e descontinuidades na conservação, já apresentava muitos problemas de ordem estrutural e estética: rachaduras, deslocamento da junção das tábuas, perdas de suporte por ataque de insetos xilófagos (cupins), craquelês, perdas na camada pictórica, dentre outros. Esteticamente, o maior comprometimento estava nos escurecimentos que a pintura apresentava, especialmente nas áreas de preenchimento de lacunas e reintegrações cromáticas, oriundas da



restauração anterior ter sido realizada com uso da encáustica. Esta técnica tradicional e de uso desde a antiguidade, é formulada com cera e pigmentos e aplicada aquecida sobre a superfície da obra.

Sabemos que por suas características naturais, a cera tende a apresentar alteração de cor com o passar do tempo. Decidiu-se então pela remoção da encáustica, considerando que, além da alteração cromática que produzia, alterava o peso da obra e, por se alastrar no momento da aplicação, terminou por omitir áreas da pintura original. Como resultado, além de se visualizar com mais nitidez a pintura, a remoção da cera possibilitou expor mais áreas e detalhes da pintura original. Também somente ao remover a cera foi possível dimensionar a extensão das perdas na camada pictórica. As constelações de lacunas surgidas ficaram bem visíveis quando no procedimento de nivelamento, cobrimos cada lacuna com uma base branca, impactando no esforço e maior tempo de restauração que o previsto.



A história do monumento de Reis Magos se funda no seu momento de origem, o qual resgata e nos permite revisitar e atualizar a compreensão dos fatos históricos do Brasil Colônia e a atuação dos jesuítas em terras capixabas, até sua expulsão em 1759. Mas em seu percurso até os dias de hoje, este monumento foi sendo revestido de outras camadas e seu significado atravessado e ampliado por pessoas e distintas vivências ocorridas em seu corpo nesses cinco séculos de permanência.

Nesse percurso de tempo, Reis Magos passou por algumas restaurações. A primeira delas traz o nome de uma figura de importância na história capixaba, o arquiteto ítalo-brasileiro André Carloni (Bolonha, 1883 – Vitória, 1976). Reconhecido por ter sido construtor de importantes empreendimentos na capital, como o Teatro Carlos Gomes, o Palácio Domingos Martins e a Santa Casa de Misericórdia, Carloni foi responsável pela restauração arquitetônica de Reis Magos, na década de 1940. Coincide com o período em que fez parte da equipe do SPHAN/ES. Participou da primeira fase do SPHAN, nomeado Encarregado pelo primeiro diretor do Serviço, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1939, apenas dois anos após a criação do SPHAN.

O período de 1944/45 revela o vínculo daquele monumento com outro importante personagem da história do país: o professor e restaurador Edson Motta, reconhecido e reverenciado como um dos precursores da área da conservação e restauração de bens culturais no Brasil. Em 1944, Motta foi convidado a organizar o Setor de Recuperação de Obras de Arte do SPHAN, permanecendo no cargo de diretor e conservador-chefe até 1976. Edson Motta teve participação ativa na formação das primeiras gerações de profissionais restauradores no país. Entre 1945 e 1980, foi professor de teoria, técnica e conservação da pintura, na Enba, da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O professor Edson também se dedicou aos estudos científicos de técnicas de restauro e autor de livros como *O Papel: Problemas de Conservação*



e *Restauração*, de 1971, e *Iniciação à Pintura*, de 1976, e, vejam só, *Restauração de Pinturas: aplicações de encáustica*, todos escritos em parceria com Maria Luiza Salgado. Naquela época estava em voga o uso da cera em diversos procedimentos de restauração, como preenchimento de galerias no suporte, adesivo de fixação de camada pictórica e em retelamentos. Foi somente com a distância temporal e avanços em estudos científicos no campo da conservação-restauração que se verificou os efeitos inconvenientes dessa prática, gerando o abandono quase completo do uso da encáustica em restaurações. Atualmente dispomos de materiais mais eficazes como consolidantes, adesivos e veículos de tintas para reintegração cromática, que não apresentam os aspectos negativos da cera, sendo também mais adequados a nosso clima tropical.



É comum que de tempos em tempos os monumentos passem por restaurações, em razão da deterioração natural dos elementos físicos que os compõem. É um momento fundamental para recuperar as condições – entre mínimas e ideais – para garantir o acesso público àquele bem cultural, razão maior de seu reconhecimento e cuidado. Também é evidente e consensual que os processos de restauração podem e devem ser reduzidos, o que ocorre na proporção em que os investimentos são direcionados a conservação contínua do bem cultural. Sendo o uso pela comunidade indicado como um dos fatores que pode colaborar diretamente para essa conservação.

Foi nessa perspectiva que nos anos de 1989, e pelos dez anos seguintes, a residência de Reis Magos abrigou o Festival de Verão, promovido pelo Centro de Artes da UFES. Entre 1984 e 1990, a partir de um convênio estabelecido entre a UFES, o Escritório Técnico do IPHAN teve como representantes os professores Carlos Lozer Fundão, Maria de Jesus Brito Leite Dezelve e Kleber Frizzera. Este último, arquiteto, esteve à frente de grande restauração pela qual passou Reis Magos e entendeu que este uso imediato e coletivo do espaço restaurado iria contribuir para seu acolhimento e conservação pela população. O Festival de Verão contava com a participação dos professores do Centro de Artes em sua organização e oficinas, além de artistas contemporâneos da cena nacional, possibilitando uma experiência única para a época, colocando a arte produzida no Espírito Santo em diálogo com a vanguarda da arte contemporânea, favorecendo muito a formação dos estudantes de Artes e artistas locais. Em entrevista dada ao Centro de Artes da Ufes, o professor José Carlos Vilar menciona que o renomado crítico de arte Frederico Moraes cita o Festival de Verão da UFES como “um dos grandes eventos do país na década”. Foi justamente o Festival de Verão que me possibilitou estar em Reis Magos pela primeira vez, ainda enquanto aluna da graduação em Artes Plásticas da UFES.

A importância da manutenção dos bens culturais está em trazer evidências do passado que favoreçam hoje a elaboração de nossa história. Sua importância também está em permitir que a partir do acesso direto, futuras gerações possam pesquisar e reinterpretar o monumento – como um documento histórico –, sob o olhar ampliado que só a distância temporal permite.



É importante lembrar que as histórias que nos conta o monumento de Reis Magos não nos dizem apenas sobre o passado. O passado é sempre uma interpretação que fazemos dentro das condições que temos no presente de ativá-lo e dialogar com seus registros. Os povos Tupiniquim, habitantes originários daqueles territórios, seguem na região, muitos deles aldeados em Aracruz, há cerca de 35 km de Nova Almeida. São nossos contemporâneos, que em muitos casos vivem o contemporâneo sob outras perspectivas, escolhas e cosmovisões, igualmente válidas, e cujas narrativas ainda precisam de muita escuta pelo quanto podem contribuir para ampliar o conhecimento e compreensão das histórias do Espírito Santo.



Os debates atuais destacam a necessidade das instituições museais reverem seus acervos, suas exposições e discursos, assim como suas dinâmicas operativas, sob uma ótica atual, crítica e decolonial. Um grande desafio hoje das instituições que organizam, guardam e difundem o patrimônio – histórico, artístico, documental, arqueológico, etnográfico, dentre outros –, e ainda com maior implicação, as instituições de ensino, é o de superar os equívocos históricos produzidos pelas narrativas hegemônicas. É preciso descolonizar o modo de ler e narrar a História, e compreendê-las como Histórias, sempre são plurais. Como contar a história do período colonial do Brasil sem reforçar colonialidades? Como identificar e validar as diferentes e, muitas vezes, divergentes narrativas sobre os mesmos fatos? Se algum habitante dessas terras capixabas tivesse sobrevivido até os dias de hoje, quais histórias nos contaria?

Apiaputang, você que sempre esteve, conte-nos as histórias que viu.



[Fig. 1] Retábulo e pintura Adoração dos Reis Magos. Foto: Acervo NCR/UFES



[Fig. 2] Retábulo
– Recolocação dos
nichos laterais novos
e posicionamento da
moldura do painel
pictórico. Foto:
Acervo NCR/UFES



[Fig. 3] Adoração dos
Reis Magos. Metade da
pintura com nivelamento
e metade já reintegrada.
Foto: Acervo NCR/UFES



+

+

[Fig. 4] Prof. Attilio Colnago realizando a reintegração pictórica nas áreas de reconstituição com madeiras novas. Foto: Acervo NCR/UFES



[Fig. 5] Teste de remoção de cera e massa no retábulo. Foto: Acervo NCR/UFES



[Fig. 6] Detalhe de alterações cromáticas da encáustica na camada pictórica da pintura.
Foto: Acervo NCR/UFES



Referências

ALMEIDA, Renata H. de. "Igreja e Residência de Reis Magos". In: *ESPÍRITO SANTO (Estado), Patrimônio Cultural do Espírito Santo – Arquitetura*. Vitória: SECULT, 2009 (p. 318–333).

ANTONIO, Jacqueline Rodrigues. *Entre alegorias e simbolismos : a representação dos Reis Magos no retábulo jesuíta no patrimônio de Nova Almeida (Espírito Santo)*. 2016. 141 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016

APEES. *Exposição e lançamento de livro homenageiam André Carloni no Arquivo Público*. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Not%C3%ADcia/exposicao-e-lancamento-de-livro-homenageiam-andre-carloni-no-arquivo-publico> Acessado em: 17 de dezembro de 2023.

CENTRO DE ARTES. *História, memória, legado, vanguarda 70 anos da Escola de Belas Artes e 50 anos do Centro de Artes*. Convidados: José Carlos Vila e Rosana Paste Youtube, 5 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WeEXOHtzCNE&t=1943s> Acessado em: 17 de dezembro de 2023.

COLNAGO, Attilio. Núcleo de Conservação e Restauração (2009). Relatório final parcial – agosto 2027. [documento interno do NCR]

Igreja dos Reis Magos – Serra/ES. IPHAN, s/d. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1361/> Acessado em: 15 de dezembro de 2023.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1986.

VIEIRA, Heloísa. Relatório final das etapas de trabalho realizadas entre o período de 02/07 a 30/08/ 2007 no Retábulo da Igreja dos Reis Magos (equipe NCR/GOIA).



Gilca Flores

Doutora em Conservação e Restauração de Bens Culturais (Universitat Politècnica de València, Espanha) e professora do Departamento de Artes Visuais da UFES. É formada em Artes Plásticas (UFES) com especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (UFMG), mestrado em Artes Visuais (UFMG). Atual coordenadora do Núcleo de Conservação e Restauração da UFES, Gilca tem atuado e coordenado projetos em parceria com diferentes instituições do estado do Espírito Santo, voltadas para a preservação, conservação e restauração do patrimônio cultural.



Arquitetura jesuítica na Capitania do Espírito Santo

Nelson Pôrto



Os jesuítas e suas construções na América portuguesa

Os jesuítas desempenharam um papel significativo na América portuguesa, as suas atividades tiveram distintas repercussões nos aspectos sociais, culturais e económicos da sociedade colonial.

Foram particularmente conhecidos pela ênfase na educação e, estabelecendo na América tanto escolas como missões, educavam os povos indígenas assim como os colonos, de tal forma, que, acompanhando Sérgio Buarque de Holanda podemos dizer que a despeito de erros e excessos, a obra dos jesuítas “representou o lado mais generoso, mais idealista e mais humano de toda a colonização levada a efeito no Brasil”.

Nas regiões em que se estabeleceram formaram redes que incluíam pelo menos o Colégio, sediado na cabeça da Capitania; as Reduções ou Missões, em geral assentadas em regiões de grande concentração de indígenas, e as Fazendas, que provisionavam os Colégios e Reduções.

O sistema de quadra (pátio interno, em torno do qual se desenvolviam as construções), foi o complexo ideal nos primeiros tempos, por ser



voltado para dentro, dando o caráter de uma ‘fortaleza’ na qual se podia resguardar dos ataques de indígenas hostis.

Muitas vezes no complexo jesuítico havia dois pátios (como em Salvador): um destinado às aulas e oficinas, outro destinado apenas aos padres. O programa do complexo é o mesmo tanto para Colégios como para Reduções. Programa dividido em três partes, cada um correspondendo a uma determinada função: para o culto, a igreja; para o trabalho, as aulas e oficinas situadas no piso inferior do pátio; para residência, os cubículos no pavimento superior; enfermaria, biblioteca e mais dependências de serviço eram usualmente integradas na quadra e completavam as funções, além da cerca externa onde contava-se horta e pomar.



Programa em quadra distribuído em volta do pátio, como denomina Lúcio Costa, que informa que tal área não pode adequadamente ser chamada de claustro já que os jesuítas traziam para seu pátio os habitantes do local, pois era onde havia as instalações para as aulas e oficinas, tornando estes pátios os centros nervosos do labor diário.

Na vila, erguia-se o Colégio, tendo diante um largo irregular e muitas vezes de dimensões mesquinhas. A localização era sempre cuidadosamente escolhida pelos jesuítas e é raro que este lugar não tenha se tornado em seguida, o centro político da cabeça da capitania, pela influência dos jesuítas na sociedade colonial.

Na aldeia, utilizavam a disposição inspirada nos índios: construindo à volta de uma grande praça retangular frente à Igreja, as casas dos indígenas. Reis Magos (em Nova Almeida/ES) é um dos poucos exemplos desse método de arranjo urbano que ainda sobrevive, com o traçado original da praça, embora as construções em volta já estejam adulteradas.

A posição de implantação, em local elevado – próximo ao oceano e a estuários de rios – tinha propósito estratégico de observação e controle, mas sem desprezar a fruição estética da paisagem.

De acordo com Paulo Santos, enquanto na Europa e na América hispana o jesuítico traz logo à lembrança, além das formas compassadas iniciais, as manifestações mais desenvoltas do barroco, até porque a ação da Companhia nestes locais prosseguiu ininterruptamente por quase todo o século XVIII, entre nós, onde a atividade dos padres, já atenuada na primeira metade do século, foi definitivamente interrompida, com a expulsão, em 1759, as obras dos jesuítas, ou pelo menos grande parte delas, representam o que temos de mais antigo. O estilo jesuítico refere-se às composições mais ‘renascentistas’, moderadas, regulares e singelas, imbuídas do espírito da contrarreforma.

Tiveram os jesuítas capacidade de desenvolver suas construções com apuro e técnica, e chegaram mesmo a contar com um irmão arquiteto, que em Portugal colaborou na construção da fachada de São Roque de Lisboa: o jesuíta Francisco Dias que chegou ao Brasil em 1577.



A planta de nave única é a tônica da igreja jesuíta, embora haja exceções – a igrejinha de Reritiba, em Anchieta/ES, assim como a de São Pedro da Aldeia no Rio de Janeiro, possuíam ambas três naves, tais como as antigas catedrais medievais.

O padrão de frontispício sem torre, da igreja de São Roque de Lisboa, vai ser substituído por um padrão de torres pequenas inseridas junto à voluta do frontão central, como na fachada das igrejas do Colégio de Salvador e de Belém. Ou, o padrão da torre única posicionada fora do retângulo da fachada e conectando a igreja com a Residência/Colégio, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Reis Magos/ES.

Em alguns casos, igrejas de torre única, como em Vitória, que mais tarde, já no século XVIII, recebeu uma segunda torre, mais alta e delgada, finalizando com cobertura bulbosa que remete ao gosto barroco.

As elevações internas dos Arcos-cruzeiros que separam a nave da capela-mor são impregnadas de modelos clássicos, como arcos de triunfo, cujas proporções são sempre trazidas dos manuais disponíveis na época, em especial Serlio, Vignola e Palladio.



A rede dos jesuítas na Capitania do Espírito Santo

A estrutura que os jesuítas montaram na Capitania do Espírito Santo é modelar para explicar as estruturas que os padres criavam em outras Capitânicas da América portuguesa.

Em Vitória, cabeça da Capitania, construíram Casa que rapidamente foi elevada ao status de Colégio. A primeira construção, datada de 1551 e hoje desaparecida, sabe-se que era em taipa de pilão e coberta de palha (SANTOS. 1966). A igreja de pedra e cal que chegou até os nossos dias parece ter sido iniciada a partir do final do século XVI. A fachada mostra a mesma simplicidade do traço da Graça de Olinda, coroada por frontão triangular e óculo, com portada central com voluta barroca – provavelmente posterior – encimada por três janelas. A torre mais robusta que era vista à esquerda, fazia a passagem da igreja para o prédio do Colégio (atual palácio do governo) e era da época da igreja; a torre mais alta, foi construída na primeira metade do XVIII [Fig.1].

Além de Colégio, construíram Reduções e Residências em locais que desde o período pré-cabralino eram de alta concentração de habitantes indígenas, como é o caso das Reduções de Reis Magos (Serra/ES) ao norte do Colégio de Vitória, e a de Reritiba (Anchieta/ES), situada ao sul.



[Fig. 1] Anônimo.
Fachada da Igreja de São
Tiago do Colégio dos
Jesuítas de Vitória, s/d.
Acervo particular.

As Aldeias de Visitação tinham um caráter de menor importância pois não tinham padres permanentes, mas não menos equipadas arquitetonicamente como nos deixam ver as ruínas das igrejas das Aldeias de São João e a de Guarapari, em especial esta última.

Por fim, as Fazendas e Engenhos de Araçatiba e Muribeca que tinham a função de abastecer os Colégios e Residências da Capitania, mas não apenas, pois alcançavam uma produtividade que acabavam fomentando de uma forma geral a riqueza da ordem. A Fazenda de Araçatiba, por exemplo, segundo Daemon, no ano do auto do inventário produzido pela coroa depois da expulsão dos padres, contava com “852 escravos pretos, pardos e cabras, alguns com ofícios e artes (...) 208 cabeças de gado vacum e 31 cavalar”. O alto número de escravizados relativo ao baixo número de cabeças de gado, sugerem que esta força humana de trabalho escravo estava direcionada para a plantação de açúcar.

A Redução de Reis Magos

A Aldeia de Reis Magos teria sido fundada pelo próprio José de Anchieta em 1569, e era, provavelmente, segundo Claudia G. Duarte, das existentes em 1580, a maior de todas as Reduções da Capitania e onde habitavam cerca de 700 indígenas sendo 600 já cristianizados. Contudo, o desenvolvimento deslança a partir de 1610 quando os padres conseguem a doação de uma sesmaria para os índios e quando, em 1615 finalizam a igreja (OLIVEIRA. 2008).



[Fig. 2] Anônimo. Fachada da Redução jesuítica de Reis Magos (Serra/ES). c. 1940. In: *Revista do IPHAN*. p.55.

A construção que nos chegou até os dias atuais – e que não é a primitiva pois documentos revelam que só foi iniciada em 1580 – é de excelente fatura, um conjunto de pedra e cal onde o frontispício da igreja revela proporção e equilíbrio na composição da porta central de entrada com as três janelas superiores do coro e, arrematadas pelo óculo poli lobado [Fig.2].

Coroando a composição da fachada da igreja, uma portada esculpida em pedra lioz de uma sofisticada singeleza que sugere ser obra trazida do reino, e que pode, sem excesso algum, ser alcunhada como a única obra de caráter renascentista existente em solo capixaba.

Desconhece-se o autor do risco, pela erudição do traço do frontispício da igreja pressupõe-se que não fosse leigo. Também Lucio Costa considera “o bem composto conjunto de Reis Magos”.

O acabamento dos cunhais do frontispício é marcado em massa assim como os requadros dos vãos superiores – a pedra lioz só vai aparecer de novo na pia batismal e nas de água benta, no interior da igreja – e a cobertura da torre é “feita com tijolo (...) que ficava sempre à mostra, pelo lado de fora, o acabamento natural do extra-dorso caiado, em forma de ‘meia-laranja’, indicando-se assim, sem rebuscos, a boa influência da técnica moçárabe” (COSTA. 1941).

O restante da edificação, as alas da residência e o pátio central, revelam uma fatura de características vernáculas que eram usuais em construções jesuíticas periféricas, mas, que não comprometem em nada a apreciação estética do conjunto.



Referências

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. In: *Revista do SPHAN*, nº 05, 1941.

DAEMON, Basílio de Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: SECULT, 2010.

DUARTE, Claudia Cristina Gomes. *O Território como Sistema. Governo do Espaço e Arquitectura da Companhia de Jesus na Capitania do Espírito Santo (séculos XVI - XVIII)*. 2020. Tese (Programa de Doutoramento em Arquitectura) - Universidade do Porto.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: SECULT, 2008.

SANTOS, Paulo F.. *Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*. Coimbra, 1966.





Nelson Pôrto Ribeiro

Professor titular aposentado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ (1985), aperfeiçoamento pelo Centro Nacional de Conservación Restauración y Museología de Cuba (1997), mestrado em Artes Visuais pela UFRJ (1990), doutorado em História Social pela UFRJ (2000) e estágio sênior (pós-doutoral) na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2010) e no Instituto de História da Arte da FCSH da Universidade de Lisboa (2018). É professor permanente do doutorado em História da UFES. Em 2009 recebeu da Secretaria de Cultura do Estado do ES notório saber para consultoria e projetos de pesquisa e restauração em conjuntos históricos tombados pelo patrimônio cultural. Autor/organizador de 13 livros na área do Patrimônio Histórico, História da Construção e História da Cidade, Nelson atuou como consultor da execução da obra de Reis Magos.





Da Missão Jesuíta da aldeia de Reritiba ao Santuário Nacional de São José de Anchieta

Maria José Cunha



[Fig. 1] Sede da antiga missão de Reritiba em Anchieta/ES, atual Santuário Nacional de São José de Anchieta. Foto: Centro de Documentação, 2023

O Santuário Nacional de São José de Anchieta funciona no espaço arquitetônico e envolvente onde no século XVI foi criada a missão jesuíta de Reritiba. O conjunto possui Tombamento Federal, classificado como monumento histórico desde 1943.

Na margem norte do rio Benevente, o monumento nacional afirma-se pelo caráter original da sua dimensão e características estéticas. Localizado de frente para o mar acima da foz do rio e do antigo Porto de Cima. Outrora sem construções ao redor, sediou a missão instalada em aldeia de Tupiniquins e foi estratégico ponto de defesa e proteção das principais povoações dos colonizadores: Vila Velha e Vitória, cujos habitantes necessitavam, para a sua sobrevivência e desenvolvimento de segurança e estabilidade face aos ataques de tribos hostis vindas de sul, ao mesmo tempo, seus habitantes constituíam-se como importante força laboral e produtiva capaz de atender ao crescimento econômico da Capitania do ES. Nacionalizado após a expulsão dos jesuítas acolheu vários órgãos civis, militares e religiosos desde finais do século XVIII até 1927 quando os espaços foram moldados a diferentes necessidades.



Não se propõe aqui uma aula sobre os jesuítas ou a Companhia de Jesus na antiga missão de Nossa Senhora da Assunção de Reritiba, mas uma apresentação breve sobre o contexto local que apresente as transformações da ação humana em diferentes períodos a partir do espaço no qual fundaram os jesuítas a mais importante missão no sul da capitania do Espírito Santo, precisamente na aldeia de Tupiniquins de Reritiba que, em português, é o mesmo que dizer “local de muitas ostras”. Esta presença gerou ações em todos os campos da atividade humana, como relações políticas e econômicas, artísticas e técnicas, passando pela literatura, a moral e a religião. Assim, para o historiador este é um local de memórias com as quais pode produzir conhecimentos.



O que proporcionou e motivou esta abordagem? Em novembro de 2023 o Museu Vale organizou a atividade extramuros MV Circula: Ação Formativa Patrimonial, ela incidiu sobre dois ícones da história capixaba muito conhecidos dentro das missões jesuítas do Sudeste brasileiro: Reis Magos e Reritiba, hoje localizadas em Nova Almeida e Anchieta, respectivamente. No dia 30 de novembro foi a vez da visita à antiga sede da missão de Reritiba. Aproveitando as potencialidades do monumento nacional duas perspectivas se apresentaram: a patrimonial e a histórica. A mim coube esta última perante um grupo composto por professores do estado do Espírito Santo, guias de turismo e pessoas interessadas no legado histórico, cultural e patrimonial à guarda do Santuário Nacional de São José de Anchieta. Que dizer dos fundadores e da missão?

No Brasil, durante duzentos e dez anos (1549–1759), a principal Ordem religiosa missionária foi a Companhia de Jesus. Durante aquele período criaram colégios de ensino fundamental, médio e seminários, pediram licença para abrir universidade, mas a autorização foi-lhes negada pelos monarcas. Das regiões amazônicas ao sul do Brasil ergueram igrejas, criaram aldeias, mantiveram fazendas e fizeram o maior número de catecúmenos (LEITE, 1965, p. 2). Sua ação diversificada tornou-os agentes da exploração geográfica e elaboração de mapas com os padres matemáticos, mas desde a sua chegada empreenderam por iniciativa própria ou participaram de expedições ao interior que visavam a descoberta e o contato com novas tribos. Tal aconteceu a partir desta missão, nomeadamente por aquele que foi o mais conhecido língua e sertanista jesuíta brasileiro, natural de Vila Velha/ES, o padre Diogo Fernandes (1543–1607) que empreendeu, na companhia de moradores de Reritiba, pelo menos, de sete a nove viagens ao interior, uma das quais terá atingido o atual estado de Goiás, com o objetivo de fazer descimentos para Reritiba. O trabalho indígena nas aldeias, em regime de corveias, permitiu a manutenção de redes de produção, recolha e venda de produtos da terra que contribuíam na colonização do território. Sua ação extravasou os círculos religiosos, porquanto trouxeram os primeiros pintores, escultores, arquitetos, escritores, músicos e ensinaram aos indígenas novas artes e ofícios. Por outro lado, as escolas e demais missões que estabeleceram foram o núcleo inicial de muitas vilas e cidades brasileiras que se mantêm habitadas até ao presente.



No Espírito Santo estabeleceram em Vitória no ano de 1551 a base das suas missões na capitania, na casa que deu origem ao Colégio de Santiago, hoje palácio Anchieta e sede do governo estadual. A missão de Nossa Senhora da Assunção da aldeia de Reritiba foi oficialmente fundada em 1579 (VIOTTI, 1980. p.191).

A iniciativa fundacional coube ao padre José de Anchieta que, como Provincial da Ordem dos Jesuítas no Brasil, obteve permissão do capitão-donatário e iniciou negociações com o cacique da aldeia, tendo no dia 15 de agosto de 1579 celebrou a primeira missa durante o ato solene de abertura da nova missão. Fixaram-se e edificaram este conjunto, do qual a igreja, a torre sineira e a fachada principal são os únicos corpos bem preservados desta construção feita pelos jesuítas com a ajuda da mão de obra indígena.



Com o desenvolvimento da missão e a vinda de novos habitantes, passaram a ocupar as áreas planas da bacia hidrográfica do rio Benevente e lagoas de água doce até Mãe-Bá, propícias à plantação de hortas, roças de mandioca, milho e feijão e ao cultivo extensivo de pés de algodoeiro, do qual extraíam as fibras que artesãos e artesãs da aldeia aprenderam a fiar e tecer criando panos de algodão. Estas eram práticas introduzidas pelos jesuítas que das regiões do nordeste brasileiro haviam trazido sementes de boa qualidade da planta. Mas não se dedicavam os indígenas de Reritiba apenas à agricultura, paralelamente, outros trabalhavam na pesca, na construção de embarcações e criavam o próprio gado e aves, sendo os produtos utilizados no consumo interno enquanto os excedentes eram vendidos, a sustentabilidade para a a. Suas áreas de influência se estenderam desde Guarapari a Maratáizes no litoral e, pelo interior, ao vale do rio Caxixe no município de Castelo (CUNHA, 2011).

Observarmos a arquitetura e os elementos decorativo é podermos viajar no tempo e podermos testemunhar os períodos históricos que atravessaram. Sua posição na colina permitia-lhes aproveitar os recursos do rio e do mar, num local defensável, salubre. Estamos perante um perfeito exemplo das construções que os jesuítas ergueram nas primeiras décadas da chegada da ordem ao Brasil, marcando a vontade de se estabelecerem firmemente na nova terra. Efetivamente, preocupado com a rápida degradação das construções jesuítas dos primeiros momentos, que usavam a técnica do pau a pique ou taipa de mão e coberturas de palha, materiais naturais de pouca durabilidade, o padre Manuel da Nóbrega, solicitou autorização à Assistência portuguesa da Companhia de Jesus, em Lisboa, autorização para, no Brasil, não obstante o custo mais elevado, poderem fazer uso de técnicas construtivas para “que fiquem para enquanto o mundo durar (NÓBREGA, 1988, p.137) e das quais este monumento é exemplo [Fig. 2].

Os edifícios que formavam a sede da missão, foram espacialmente organizados em quadrado, com um pátio central descoberto e construídos com igreja, torre sineira destacada da casa e as áreas



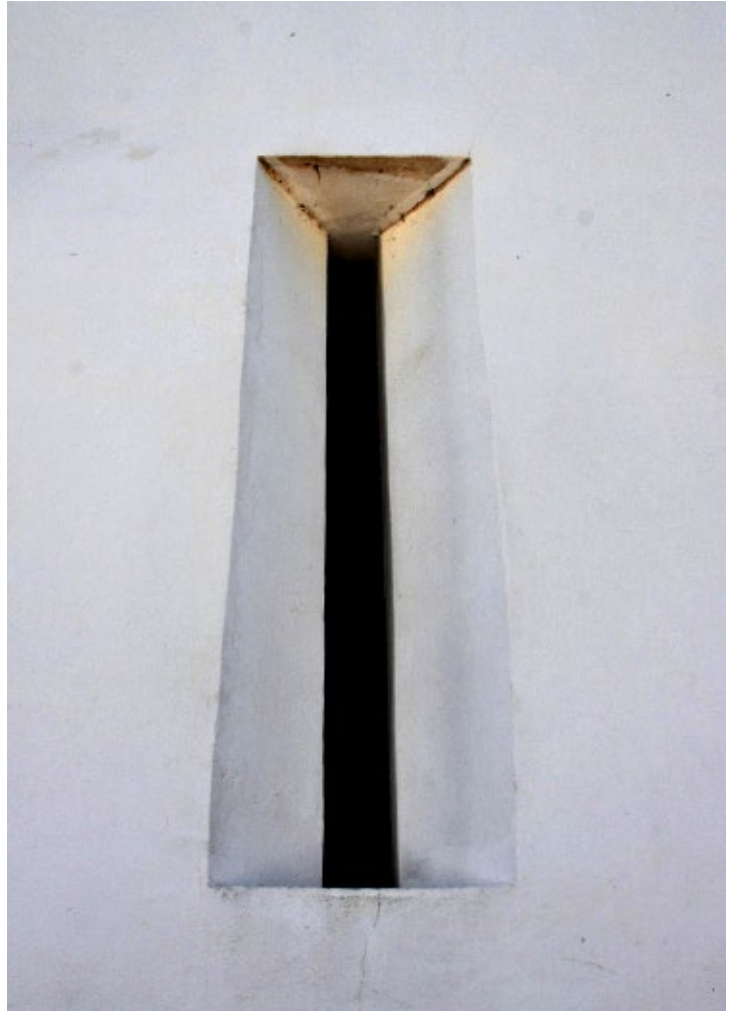
[Fig. 2] Arco de descarga
construído acima da
arquitrave da janela na
Capela do Santíssimo.
Foto da autora, 2023



habitáveis uniformemente distribuídas. A igreja de três naves, por sua grande dimensão e características erguida em plena aldeia, um exemplar único no país. Mais importante que a harmonia e tamanho, ela celebra o estado da arte das missões brasileiras da sua época. Para compreendermos temas de fazer o exercício de nos transportarmos para a segunda metade do século XVI e a sentirmos tal como foi apresentada aos habitantes da aldeia, isto é, como uma barreira física entre o mundo das formas físicas e o mundo do divino. Um local de revelação divina onde Maria, a mãe do Salvador, se apresenta como a mediadora para a entrada no reino do Céu. As diferentes culturas e linguagens presentes na aldeia, apesar da grande distância geográfica, em termos estéticos se integram na primeira geração de igrejas jesuítas portuguesas da transição dos tradicionais modelos com a modernidade. Este exemplar se alinha com a planta da desaparecida igreja que os jesuítas construíram na cidade de Goa. Não obstante sua localização em uma aldeia, a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Reritiba, em seu conceito funcional de igreja como espaço de culto, incorpora os ventos da reforma católica que encorajaram o regresso às plantas longitudinais e capela-mor pouco profunda. A separar as três naves uma fila de seis colunas de cada lado da nave central que os indígenas sabiam ser a representação dos doze apóstolos e, simultaneamente, as colunas da igreja física, mas também da Igreja espiritual e que, por sua proximidade com a assembleia, seriam os bons exemplos de vida a serem seguidos. Na fachada principal três janelas com a maior aberta acima da porta, em posição central, e duas menores, abertas ao lado da porta, a simbolizar a Trindade e hierarquicamente dispostas segundo o conceito de diferenciação social da época.



[Fig. 3] Seteira na parede NE da igreja. Função defensiva própria da arquitetura militar. Foto da autora, 2023



De feição militar estão visíveis nas paredes laterais as duas seteiras que remetem à sua dupla função de templo e de baluarte defensivo da região a sul da capital [Fig. 3].

No conjunto, suas formas simples e austeras se enquadram numa arquitetura que George Kubler denominou de Plain Style ou Estilo Chão na tradução portuguesa. Eficaz do ponto de vista funcional, define-se pelo despojamento das formas tanto no exterior, como internamente e se ajustava plenamente aos ideais de humildade, beleza e graciosidade, princípios defendidos pela Companhia de Jesus. Ainda se destaca o hibridismo de formas na prevalência da tradição das doze colunas, em estilo toscano ligadas por tramos de arcos de volta perfeita ao gosto renascentista.

A igreja, dedicada a Nossa Senhora da Assunção recebeu, progressivamente, representações a ela alusivas em conjuntos de afrescos e pinturas sobre madeira, construindo um discurso que deu a conhecer aos povos originários da aldeia uma linguagem europeia, própria da arte religiosa que é exemplo da interpretação de um referente sagrado com as rosas. [Fig. 4 e 5] Policromia e formas são aqui elementos do encontro das duas culturas presentes na aldeia, um ponto de conexão do imaginário e das representações indígenas e europeias.



[Fig. 4] Painéis em afresco na capela-mor a reproduzir tapetes azulejares de padrão geométrico florido. Foto da autora, 2023



[Fig. 5] Retábulo com pinturas a óleo sobre madeira policromada com motivos florais de simbologia cristã usada em Artes Decorativas. Foto da autora, 2023



[1] A maioria destas informações sobre o conjunto arquitetônico da missão jesuíta foram por mim recolhidas como parte das investigações históricas durante o período da última intervenção de restauro e constam do relatório final.

Após a expulsão da Companhia de Jesus, ordenada pela Lei de 3 de setembro de 1759, no reinado de D. José, todos os bens foram nacionalizados e, tecnicamente a igreja foi reduzida à condição de edifício paroquial, na mesma altura o restante conjunto edificado recebeu novas funções, adaptando-se os cômodos. Assim, surgiram onde antes existiram portaria, quartos, enfermaria, refeitório, oficinas, escola de meninos, e arrecadações, deram lugar aos espaços ocupados pela câmara municipal, cadeia, quartel e cavalaria, aposento do juiz e sala das sessões, casa paroquial e cemitério no pátio interno dos edifícios. Com efeito, desde 1861, por falta de dinheiro da Câmara para aquisição de um terreno próprio, os sepultamentos passaram a ser feitos no antigo pátio da casa. Esta decisão viria a ser responsável pelo derrube das paredes internas da residência e rebaixadas as paredes das alas residenciais para formação da cerca, com exceção da fachada principal, onde funcionavam as salas ocupadas pela administração municipal e o quarto que fora do padre Anchieta. Em 1928 a Companhia de Jesus retomou a posse de toda a área construída da antiga missão e uma nova campanha de obras teve início até 1940, ano do 4º Centenário da fundação da Companhia de Jesus [1]. Entre 1994 e 1997 uma campanha de investigação e restauro permitiu recuperar a maior parte da feição original da igreja e os levantamentos arqueológicos revelaram em sucessivas camadas de ocupação humana que remonta à cultura sambaquieira, anterior à ocupação pelas etnias tupis. Mais recentemente, de 2019 a 2021 novas intervenções de preservação e restauro foram realizadas trazendo novas linguagens. Na atualidade o visitante encontra o que se considera um compromisso entre um restauro em modelo reprimado, isto é, revelando a forma primitiva e um outro que deixa perceber o que durante mais de quatro séculos lhe foi acrescentado.

Para a comunidade anchietense a sua identidade passa por aqui, daí sua conservação ter sido uma constante, não obstante as alterações pelas quais passou. Independente do seu valor cultural a instalação da missão neste local marcou o assentamento de populações de origens distintas nas terras em redor primeiro com a presença jesuítica, depois com a chegada dos imigrantes na segunda metade do século XIX e cem anos depois com a instalação de fábricas que atraem mão de obra de fora.

Referências

Anchieta: a restauração de um santuário. Rio de Janeiro: 6ª Coordenação Regional/IPHAN, 1998.

CUNHA, Maria José dos Santos. "A Companhia de Jesus na colonização do Espírito Santo: missões, fazendas e na vila de Vitória". *Territórios, poderes, identidades*. III Congresso Internacional UFES/Université Paris-Est/Universidade do Minho UFES, Vitória, 7 a 10 novembro 2011.



_____ e RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. "A Devassa contra a Companhia de Jesus e a História regional capixaba: perspectivas historiográficas para o legado jesuítico no Espírito Santo." *In: Devassa da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 2018.

_____ e MANSO, Maria de Deus B. "Um levantamento indígena na aldeia de Reritiba". *In: La Compañía de Jesús en las Américas. Presencia en el tiempo*. Cristian Troisi Melean; Marcia Amantino. 1ª ed. Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata/Universidade Salgado de Oliveira, 2018.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa – Rio de Janeiro: Edições Brotéria e Livros de Portugal. Porto, 1953.

_____. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil: Assistência de Portugal. 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

LOBO, Rui. *A arquitectura das primeiras igrejas jesuítas em Portugal: São Roque de Lisboa e Espírito*. Editora USP, 1988.

VIOTTI, Hélio Abranches. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1980.





Maria José dos Santos Cunha

Com doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais (2015) e mestrado em Estudos Lusófonos (2007) pela Universidade de Évora/Portugal, Maria José tem experiência na área de história, com ênfase em política, sociedade e cultura, atuando principalmente nos últimos anos nos temas História da Expansão Ultramarina, Brasil Colônia, Companhia de Jesus no Brasil e patrimônio cultural. Trabalha no Santuário Nacional de São José de Anchieta como gerente do Setor de Cultura.



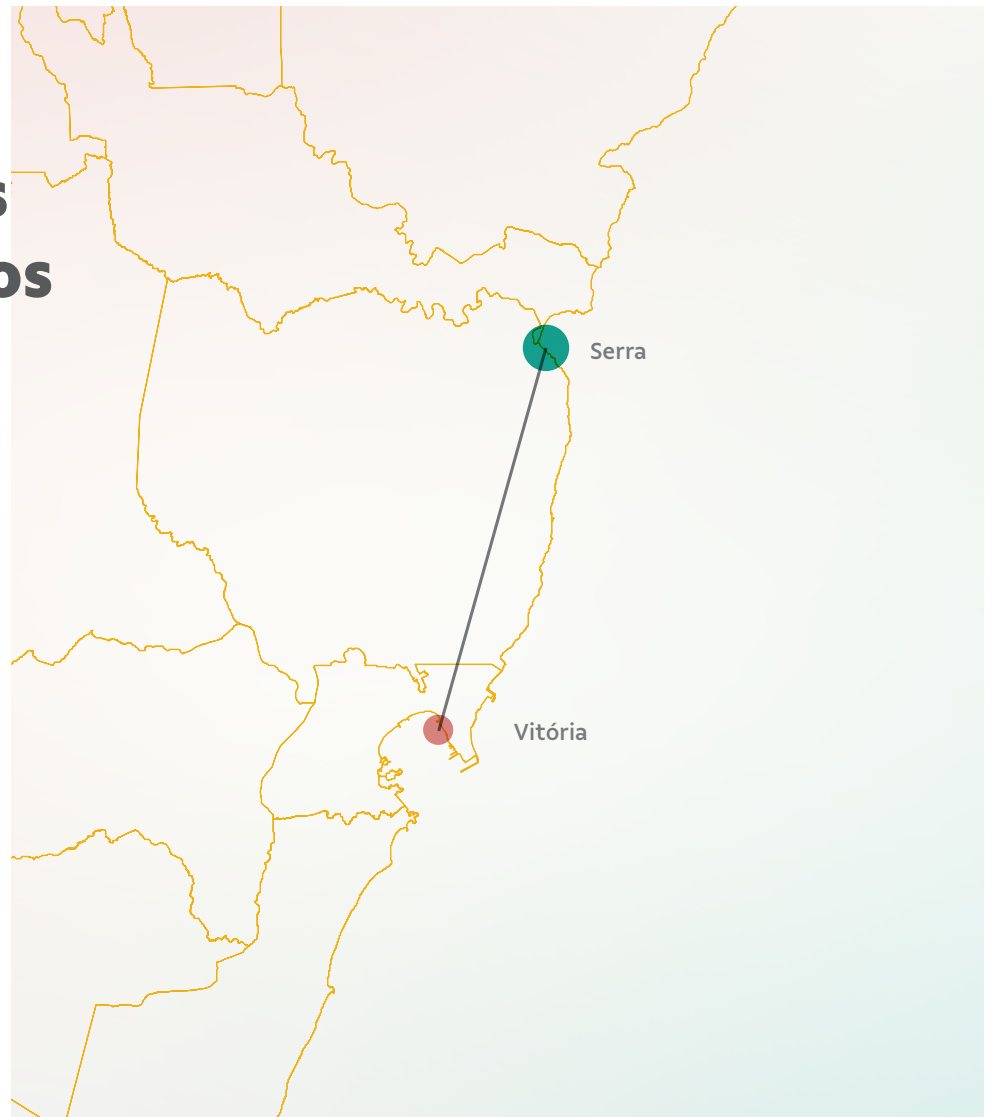
DIA 1
28 de novembro

Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra

COM

Gilca Flores
Nelson Pôrto





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra



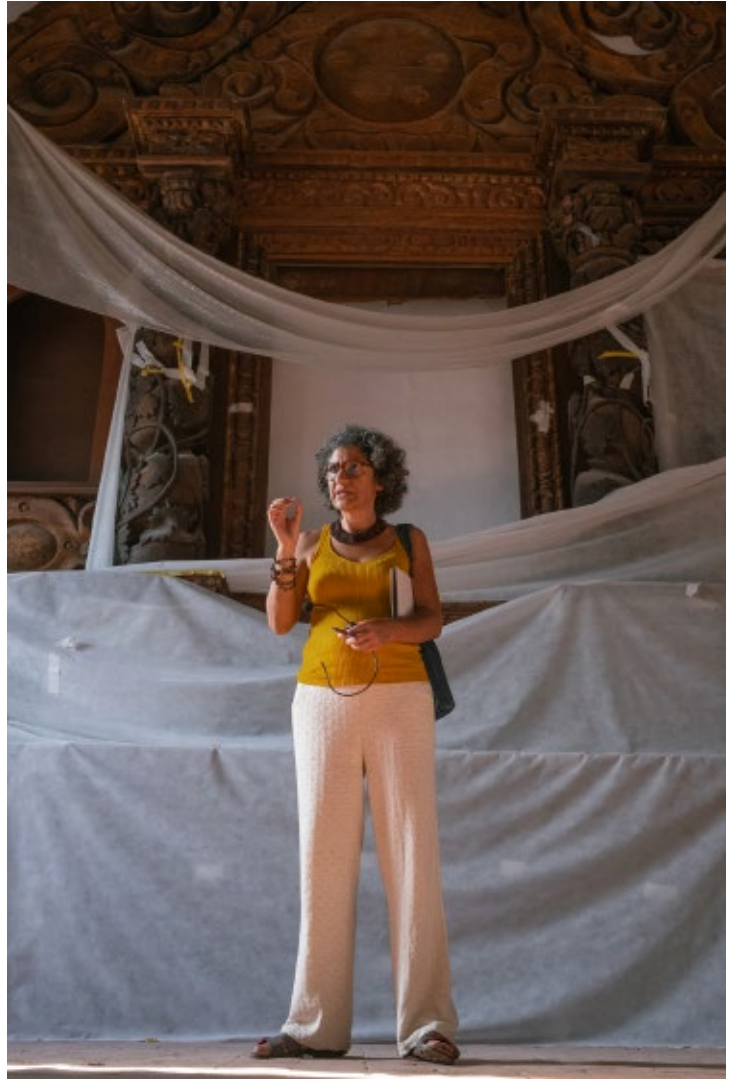
MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Igreja dos Reis Magos

Nova Almeida, Serra





DIA 2
30 de novembro

Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta



COM

Maria José Cunha
Patricia Bragatto





Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





Santuário Nacional de São José de Anchieta

Anchieta



MV Circula - Ação Formativa Patrimonial





MV Circula Ação Formativa Patrimonial

CURADORIA Claudia Afonso

COORDENAÇÃO Claudia Afonso, Hellen Lugon

PRODUÇÃO Hellen Lugon

ASSISTÊNCIA DE PRODUÇÃO André Leão, Carla Nascimento

DESIGN GRÁFICO Natalia Zapella

REGISTRO VIDEOGRÁFICO Molaa

REGISTRO FOTOGRÁFICO Claraboia Imagem

AGRADECIMENTOS Érika Varejão Kunkel, Instituto Modus Vivendi



Museu Vale

Museu Vale

DIREÇÃO Claudia Afonso

CONSULTORIA CULTURAL Ronaldo Barbosa

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Noyla Nakibar

ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Bruno Mota, Fagner Chaves

PRODUÇÃO Diester Fernandes

ASSISTÊNCIA DE PRODUÇÃO André Leão

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA EDUCATIVO Hellen Lugon

EDUCADORES Carla Santos, Helton Gomes, Jonathan Schmidel, Jordana Caetano, Rafaela Ribeiro, Weverson Tertuliano



Instituto Cultural Vale

CONSELHO ESTRATÉGICO

Malu Paiva (Presidente)

Flávia Constant (Vice-presidente)

Hugo Barreto

Octavio Bulcão

DIRETORIA EXECUTIVA

Hugo Barreto (Diretor Presidente)

Luciana Gondim

Gisela Rosa

PROJETOS E PATROCÍNIOS

Marize Mattos

EQUIPE Ana Beatriz Abreu, Barbara Alves, Elizabete Moreira, Eunice Silva, Fabianne Herrera, Flávia Dratovsky, Jessica Morais, Joana Martins, Luciana Vieira, Maristella Medeiros, Michelle Amorim, Nádia Farias, Neila Souza, Nihara Pereira, Renata Mello



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

MV Circula [livro eletrônico] : Ação Formativa Patrimonial : Igreja dos Reis Magos : Santuário Nacional de São José de Anchieta / Organização Claudia Afonso; coordenação Claudia Afonso, Hellen Lugon. -- Vitória, ES : Museu Vale, 2024. PDF

Autores Gilca Flores, Maria José Cunha, Nelson Pôrto, Patricia Bragatto.

Bibliografia.

ISBN 978-85-60008-32-2

1. Arquitetura - Conservação e restauração
 2. Patrimônio arquitetônico - Preservação
 3. Patrimônio cultural
 4. Patrimônio histórico - Conservação e restauração
I. Flores, Gilca. II. Cunha, Maria José. III. Pôrto, Nelson.
IV. Bragatto, Patricia. V. Lugon Hellen. VI. Afonso, Claudia.
-

24-190717

CDD-720.288

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio histórico e artístico : Preservação e restauração 720.288

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária
CRB-8/9253





INICIATIVA

Museu
Vale



INSTITUTO
CULTURAL
VALE

APOIO



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

